

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 54 - FEVEREIRO 2019



PRESIDENTE: ANTÔNIO MESSIAS RIOS BASTOS

CGPAR não pode passar



Você já parou para pensar na sua aposentadoria ou acha que ainda está longe? Se ainda não se deu conta do que pode acontecer no futuro está na hora de parar e refletir, pois a CGPAR 25, publicada no apagar das luzes de 2018, compromete, pelo menos em parte, a tão sonhada aposentadoria digna.

Página 3

ENEAGECEF

Participação e renovação

Pensando no futuro do movimento gerencial da Caixa em todo o país, a AGECEF Bahia saiu na frente e destacou, durante o XXX ENEAGECEF, a necessidade de renovação e maior participação dos associados nas AGECEFs e na gestão da FENAG. O encontro aconteceu em Juazeiro do Norte (CE),

no dia 16 de fevereiro.

A Bahia apresentou duas propostas para o Condel (Conselho Deliberativo da FENAG). Aprovada com unanimidade, uma das proposições é referente a criação de uma estrutura administrativa na FENAG que tenha o controle e apresente as repostas referentes às propos-



tas encaminhadas nos encontros nacionais, permitindo que cada associado tenha retorno sobre a solicitação, dando mais transparência ao processo. A AGECEF Bahia também quer resposta para as solicitações apresentadas no último encontro. A proposição, do diretor Paulo do Amor Divino, será levada para o Condel nacional.

Outra importante proposta aprovada com unanimidade, solicita suspensão do programa GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas) e implantação apenas quando os sistemas esti-

verem confiáveis, para espelhar o real desempenho dos empregados. Desta forma, as penalidades indevidas poderiam ser impedidas. A proposição, do diretor Pedro Neto, também será encaminhada ao Condel.

Da Bahia, participaram o presidente da AGECEF, Antônio Messias, o vice-presidente Carlos Alberto Costa. O ENEAGECEF contou ainda com a participação do presidente da FENAG, Mairton Neves, do diretor institucional Nilson Moura, e do Superintendente da SR Norte e Sul do Ceará, Rodolfo Santos.



Leilão da Lotex adiado para o dia 26 de março

O leilão da Lotex foi adiado novamente para o dia 26 de março. A venda estava marcada para 5 de fevereiro, mas o BNDES alterou a data pela terceira vez. É mais um tempo para conscientizar a sociedade sobre a importância das loterias instantâneas para o desenvolvimento do país.

Boa parte dos recursos arrecadados pela Lotex são direcionados a programas sociais. Com a privatização, os repasses estarão ameaçados. Conforme dados da Caixa, de 2011

a 2016, as loterias arrecadaram R\$ 60 bilhões, dos quais R\$ 27 bilhões foram destinados para financiamento de projetos em áreas como cultura, esporte, bolsa de estudo e segurança.

Em 2017, as loterias registraram, de forma global, arrecadação próxima a R\$ 14 bilhões. Desse montante, quase metade (48%) foi destinado aos programas sociais. Se a venda for efetivada, o recurso deverá ser reduzido drasticamente, já que o leilão prevê repasse social de apenas 16,7%.

Feijoada da FAMA

Não perca a oportunidade de degustar um feijão delicioso e ainda fazer o bem. Participe da Feijoada do Projeto FAMA e ajude os alunos atendidos pelo Fantástico Mundo dos Autistas. Animação terá de sobra e música também. O buffet é livre.

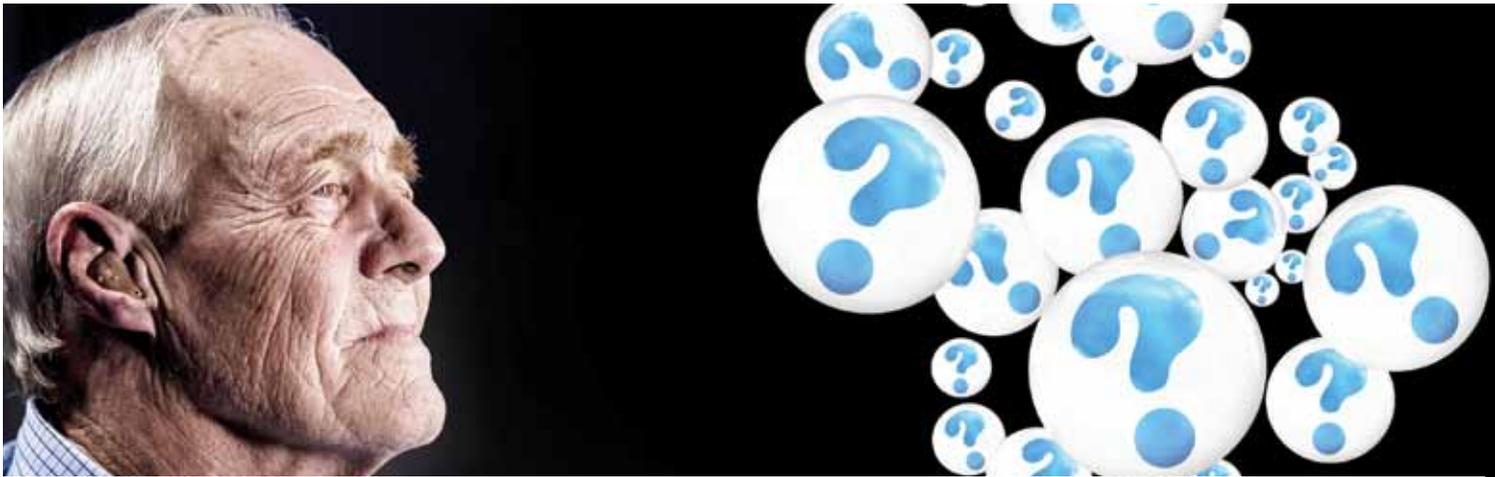
Marque na agenda o dia e o horário, chame os colegas e entre nessa corrente. O evento acontece 17 de março, às 13h, no Ginásio de Esportes do Sindicato dos Bancários da Bahia, Ladeira dos Afritos.

O ingresso custa apenas R\$ 50,00. Crianças até 7 anos não pagam e entre 8 e 10 anos têm direito a meia entrada

(R\$ 25,00). Todo recurso arrecadado será revertido para as ações sociais do projeto FAMA.



CGPAR 25



Perigo para sua aposentadoria

A CGPAR 25 impacta diretamente nos planos de previdência dos trabalhadores das estatais. Na Caixa, em todo o país, as entidades representativas realizam seminários para conscientizar os empregados sobre os riscos da medida e a importância em fiscalizar os conselheiros eleitos na FUNCEF.

Ao contrário de outros fundos de pensão, a Fundação não permite a utilização do voto de minerva, prerrogativa do presidente em caso de empate

para mudança no regulamento. Portanto, na FUNCEF, para aprovar as alterações é preciso o voto de um dos eleitos.

O que preocupa é que até agora, há mais de dois meses da publicação da medida, os conselheiros seguem em silêncio e não se manifestaram a respeito do assunto. A falta de diálogo com os participantes foi um dos pontos colocados em questão no seminário ocorrido em 8 de fevereiro. A AGECEF-BA participou do evento, no

Dois de Julho, Paralela.

Entre as recomendações da CGPAR 25 está o limite de 8,5% a folha de salário de participação para contribuição normal do patrocinador a novos planos de benefícios. A medida ainda orienta as estatais a só patrocinarem novos planos na modalidade de contribuição definida.

Com as novas diretrizes, o patrimônio dos trabalhadores, administrado pelos fundos de pensão - cerca de R\$ 830 bilhões (12% do PIB Nacional) até 2017

- será atacado e os benefícios, reduzidos. No caso da FUNCEF, o plano Não Saldado será o primeiro e o mais atingido pelas mudanças.

Importante atentar que essa não foi a primeira investida do governo contra os trabalhadores das empresas estatais. Há um ano todos foram pegos de surpresa com as resoluções CGPAR 22 e 23 que orientam as empresas a reduzirem o investimento na assistência à saúde dos empregados.

Atenção dobrada com a FUNCEF



A FUNCEF tem novo presidente: o economista Renato Villela. O executivo já fazia parte do quadro da Fundação. Era diretor de participações desde 2016. Com as mudanças, participantes e assistidos devem aumentar a fiscalização sobre a gestão do fundo de pensão.

Villela foi secretário da Fazenda do Rio de Janeiro entre 2010 e 2014. Justamente nesse período, as contas públicas perderam o controle aumentando a dívida para R\$ 107 bilhões, o que fez o estado

decretar calamidade pública.

O cenário poderia ser outro, se o governo não tivesse dado benefícios fiscais às grandes empresas no valor de R\$ 138 bilhões entre 2008 e 2013, segundo o Tribunal de Contas do Rio.

Quando gestor das finanças de São Paulo, em 2016, Renato Villela também foi acusado de conceder benefícios fiscais a setores controlados por grandes multinacionais. A preocupação agora é como se portará à frente da FUNCEF, patrimônio dos empregados da Caixa.



Diretorias sem empregados

Um fato causa estranheza entre os empregados da Caixa. Os integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da FUNCEF não são funcionários do banco. A postura da Fundação põe fim a uma tradição.

Historicamente, os cargos eram ocupados por profissionais da Caixa, que tem nomes qualificados. No entanto, a direção da instituição tem aberto um caminho para agentes do mercado, o que aumenta a desconfiança.

Para justificar a decisão, a FUNCEF disse que os profissionais são renomados e técnicos. Pode até ser. Mas, não conhecem a realidade dos empregados do banco e parecem estar bem alinhados aos interesses dos bancos privados, de olho na administração dos planos de benefícios dos fundos de pensão.

As tecnologias e as relações de trabalho

Você já imaginou ir a um restaurante e precisar apenas de uns comandos em uma tela virtual para solicitar o pedido? E se até a comida for resultado de um processo totalmente automatizado? Acha impossível? Não é.

Exemplos como esses se reproduzem em todos os setores da economia mundial e mostram um cenário muito importante. As empresas investem pesado na automatização, com *softwares* poderosos, e crescem empregando pouquíssimas pessoas. A tendência é de que milhões de empregos sejam eliminados com a nova realidade e, diferente do que aconteceu no século 19 na Inglaterra, quando as máquinas substituíram milhões de mão de obra, mas somente de baixa qualificação, desta vez todos serão afetados.

O mesmo robô capaz de preparar uma comida ou fazer entregas consegue ler mil tomografias por hora e até preparar uma petição. Quer dizer, médicos e advogados - as profissões mais valorizadas do país - também correm o risco.

Estudos divulgados em todo o mundo apontam para um cenário preocupante. Segundo a consultoria Boston Consulting Group, um quarto dos empregos podem ser substituídos por *softwares* e robôs até 2025. No Reino Unido, a tendência já virou realidade e, de acordo com a Universidade de Oxford, 35% dos



atuais empregos podem ser automatizados nas próximas duas décadas. O sistema de táxi é um exemplo. O governo da Inglaterra vem atualizando as placas de trânsito para viabilizar o funcionamento de carros sem motoristas.



Bancário. Profissão em extinção

Os bancos são bastante ofensivos no investimento em novas tecnologias. Uma pesquisa do Dieese revela que em 2017 as instituições financeiras destinaram R\$ 19,5 bilhões para o meio digital. Desde 2011, foram R\$ 136 bilhões. O crescimento é inacreditável e segue uma tendência mundial.

Mas, a tecnologia usada demasiadamente gera problemas ao ser humano. Um é o desemprego. O quadro de pessoal nas agências está em queda e não é de hoje. Na década de 90 chegou



perto de 1 milhão. Hoje está em torno de 500 mil.

A justificativa é a mesma de todos os demais setores: aumento da eficiência. Com agências quase sem funcionários, as transações via internet disparam.

O relatório do Dieese mostra que o Brasil tinha 59 milhões de contas ativas em internet e mobile banking em 2017 e 1,6 milhão de contas digitais foram abertas. No mesmo ano, 17.905 empregos foram extintos.



Tendência no Brasil

As novas tecnologias e o processo de robotização também ameaçam milhões de empregos no Brasil. Estudo divulgado recentemente pela UnB (Universidade de Brasília) revela que por aqui as empresas também estão trocando a mão de obra humana pelas máquinas.

Se o ritmo continuar acelerado, até 2026, cerca de 30 milhões de vagas formais podem ser substituídas pela tecnologia disponível. Considerando todos os trabalhadores com carteira assinada no fim de 2017, em torno de 25 milhões ocupavam vagas com alta probabilidade de automação.